

A MACROECONOMIA CIENTÍFICA DO DOUTOR PALOCCI*

A POLÍTICA BRASILEIRA nos dá muitos motivos para ter saudades do velho Stanislaw Ponte Preta, criador, em meados da década de 1960, do Festival de Besteira que Assola o País (Febeapá). A maioria dos nossos políticos de prestígio concorreria com chances ao grande prêmio. Mesmo assim, para que a disputa tivesse alguma emoção, seria necessário estabelecer uma categoria própria, *hors concours*, para o imbatível ministro Palocci. Sua última pérola, merecedora de um Prêmio Nobel às avessas, foi decretar o fim dos debates em macroeconomia, disciplina com a qual teve precário contato, pois é médico de formação. No retorno de sua recente viagem aos Estados Unidos, o ministro garantiu que só há uma política macroeconômica verdadeiramente científica — a sua, é claro —, de modo que as questões do desenvolvimento devem ser remetidas para ganhos de eficiência em escala micro. Não se trata mais, como se vê, de falar em herança maldita e alegar dificuldades emergenciais — mais supostas que reais — para justificar a adoção de políticas que o PT sempre combateu. Trata-se de defender sem rodeios as maravilhas curativas do pensamento único, mesmo que ele produza, em apenas seis meses de governo, 500 mil novos desempregados e uma queda de 7% na renda média dos trabalhadores.

A idéia de que possa existir um pensamento único pressupõe que a realidade seja evidente. Estabelece-se assim uma contradição em termos, pois se a realidade fosse mesmo evidente o próprio pensamento seria desnecessário. Viveríamos em um mundo

* Publicado em *Caros Amigos* n. 77, agosto de 2003. Por motivos pessoais, o autor não enviou textos para as revistas 75 e 76, de junho e julho de 2003.

plano, chapado, um mundo de meras constatações. A humanidade descobriu há milênios — mas o doutor Palocci ainda não descobriu — que, para o bem ou para o mal, o nosso mundo não funciona assim. Objetos, situações e relações não se deixam conhecer imediatamente. Precisam ser interpretados. Por lidar com interpretações, o pensamento é necessariamente aberto à pluralidade.

Não existe pensamento único (se é único, não é pensamento). Existe, sim, pensamento hegemônico, que é aquele que se transforma em senso comum. Mas a roda da fortuna não pára. Como a mediocridade adora o senso comum, o destino do pensamento hegemônico é ser inundado por ela, tornar-se medíocre — e perder a hegemonia. Em cada período, o esforço intelectual mais vigoroso tende a situar-se no pólo contra-hegemônico. Graças a esse paradoxo, parece que a humanidade está condenada a pensar sempre, de modo a superar-se sempre. Talvez seja mais uma faceta da famosa astúcia da razão que deslumbrou alguns clássicos.

A macroeconomia única que o FMI nos impõe e o doutor Palocci repete — a macroeconomia da competitividade, da globalização, da abertura e, antes de tudo, da disciplina fiscal — usa proposições que nunca foram demonstradas e se tornaram “evidentes” por pura repetição. Senão, vejamos. Seu primeiro passo é estabelecer uma correlação automática entre as idéias de progresso técnico (associado aqui à competitividade) e internacionalização dos fatores de produção (associada à globalização). O local e o nacional são antigos; o global é moderno. Porém, basta um minuto de reflexão para perceber que o vetor do progresso técnico é neutro em relação ao espaço. Pode atuar em direções opostas e, em muitíssimos casos, fortalecer a nacionalização (ou até a regionalização) dos fatores. Exemplos não faltam. Basta ter olhos e ver: apesar de suas imensas reservas de minério de ferro, durante muito tempo o Brasil parecia condenado a não poder desenvolver uma siderurgia moderna, por falta de bom carvão, mas técnicas novas (que permitiram a utilização de gases combustíveis em substituição ao coque e aperfeiçoaram a eletro-siderurgia) possibili-

taram a construção de uma siderurgia nacional completa e integrada, revertendo a tendência anterior à internacionalização. Também na exploração do petróleo, como se sabe, o avanço da técnica induziu a uma nacionalização crescente da produção brasileira, com a operação de campos submarinos antes inacessíveis. O mesmo ocorreu na agricultura: o progresso da engenharia genética e das técnicas de preparo do solo possibilitou a produção interna de espécies vegetais, como a soja, antes inadaptadas ao nosso ambiente.

A segunda proposição nunca provada, mas afirmada com igual ligeireza, é a correlação entre aumento da competição internacional e destruição de empresas e setores arcaicos, com sobrevivência dos modernos. Também aqui a vida não imita a teoria vulgar. O impacto dessa competição se distribui de maneira muito desigual no sistema econômico. As empresas estrangeiras comercialmente mais agressivas atuam nos setores modernos, nos quais, via de regra, também se concentra o potencial exportador dos países mais ricos. Assim, as empresas brasileiras que atuam nesses setores tendem a ficar mais expostas e a sucumbir com maior rapidez que empresas menos produtivas, porém protegidas por barreiras setoriais, regionais, culturais, de escala ou outras. Na abertura estabaneada da década de 1990, falências e desnacionalizações atingiram pesadamente os setores modernos da economia brasileira, mas não afetaram o cartel do cimento ou a produção de rapaduras. A correlação entre abertura e modernização não é automática. Na vida real, pode-se estabelecer uma inesperada correlação inversa entre elas.

A terceira proposição “evidente” dessa macroeconomia científica — que, a bem da verdade, está saindo de moda no mundo inteiro — é o dogma da disciplina fiscal. O ministro usa o exemplo da dona de casa que não pode gastar mais do que a família ganha. Será que ele acha mesmo que o Estado nacional é uma dona de casa? Tremo em pensar nisso. A macroeconomia moderna nos diz que o Estado pode gastar mais do que arrecada porque, por definição, não quebra ao realizar operações com uma moeda que ele

mesmo pode emitir. Esta prerrogativa é o suporte econômico da soberania. Vejamos por que ela é tão importante.

Quando uma economia entra em recessão — como é o nosso caso — estabelece-se um círculo vicioso: a demanda cai e, por isso, as empresas contraem os investimentos; com a contração dos investimentos, a demanda cai ainda mais. O processo se realimenta, sinalizando o fundo do poço. Nesse contexto, a economia nacional precisa contar com algum agente capaz de quebrar a inércia ruim, realizando investimentos que contrariem a lógica minguante do ciclo recessivo. Nenhuma empresa privada pode desempenhar este papel, desafiando a tendência geral, pois irá à falência antes de obter qualquer resultado. O único agente capaz de adotar tal comportamento é o governo. Se a economia está operando abaixo de seu potencial, com desemprego e capacidade ociosa, ele precisa irrigá-la com recursos, de modo a levar gradativamente o sistema produtivo a operar em plena capacidade. Aumentando-se a produção, recolhem-se mais impostos. O governo pode recuperar o equilíbrio fiscal, se assim o desejar, em um nível mais elevado de atividade econômica, sem precisar gerar inflação.

A macroeconomia única do doutor Palocci diz exatamente o contrário. Impõe que, em plena recessão, o Estado retire quantidades ainda maiores de recursos da sociedade — sob a forma de superávits primários gigantescos — para enriquecer os que vivem de rendas. Age para comprimir mais a demanda e o investimento, de um lado, enquanto emite moeda financeira, de outro; produz estagnação, desemprego e miséria, de um lado, e grandes fortunas especulativas, de outro. Apressa a queda ao fundo do poço. Cientificamente. O ministro aprendeu essa fórmula nos Estados Unidos, mas esqueceu de perguntar por que eles não a utilizam lá. Se olhasse em volta e soubesse ver, perceberia que o Estado norte-americano é estruturado para fazer políticas anticíclicas ininterruptamente.

Voltemos ao início. Em sociedades grandes, hierarquizadas e opacas, baseadas em enorme divisão social do trabalho, não há mistificação maior do que oferecer um pensamento que se apre-

senta como evidência e, como tal, quer unanimidade em torno de si. Essa operação ideológica não é inocente. Pretende criar o ambiente propício ao conformismo e à passividade, na medida em que produz um grande silêncio — que é o silêncio do governo Lula — sobre valores, fins e possibilidades alternativas. Coisa muito medíocre.

P.S. O artigo estava pronto quando o IBGE divulgou o resultado de sua mais recente pesquisa sobre desemprego, que, como se sabe, usa metodologia muito mais restritiva que o Dieese e a Fundação Seade. Pelo IBGE, temos hoje no Brasil 13% de desemprego aberto e 13,5% de trabalhadores que recebem menos de um salário mínimo. Esta última percentagem corresponde, *grosso modo*, ao desemprego oculto do Dieese. O patamar de 26,5% corresponde ao desemprego nos Estados Unidos durante a Grande Depressão de 1929, que gerou o New Deal e levou Keynes a revolucionar a macroeconomia. Um certo candidato dizia, durante a campanha, que criar empregos seria a sua obsessão.

PÁGINA 116
EM BRANCO